

A. I. N° - 087163.0002/02-9
AUTUADO - CEREALISTA NUTRIÇÃO LTDA.
AUTUANTE - JOSÉ SÍLVIO LEONE DE SOUSA
ORIGEM - INFAZ CALÇADA
DOE - 20.09.02

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0322-01/02

EMENTA: ICMS. CRÉDITO FISCAL. FALTA DE ESTORNO. SAÍDAS DE MERCADORIAS SEM INCIDÊNCIA DO IMPOSTO. Em princípio, o procedimento é nulo porque o fato nele descrito não tem nenhuma pertinência com o fato apurado pelo fisco – o que houve não foi falta de estorno relativo a saídas não tributáveis, mas sim a apuração de prejuízo na conta de mercadorias, fato que, a partir da vigência da Lei n° 7.014/96, deixou de implicar o cancelamento ou estorno de crédito. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 27/3/2002, acusa o contribuinte de ter deixado de efetuar o estorno de crédito fiscal de ICMS relativo a mercadorias que entraram no estabelecimento e depois saíram sem a incidência do imposto. ICMS exigido: R\$ 2.736,30. Multa: 60%.

O autuado apresentou defesa suscitando como preliminar pedido de nulidade do procedimento, alegando não ter havido prejuízo na conta de mercadorias no exercício considerado. Considera que se o fiscal tivesse interesse em realizar um trabalho cuidadoso não teria cometido tantos erros na apuração da margem de valor adicionado (MVA). Passa então a apontar os erros em que teria incorrido o fiscal autuante, acusando-o de ter considerado como tributável o total das mercadorias tributáveis, isentas e outras, tanto no estoque inicial como no estoque final. Além disso, o fiscal teria considerado o estoque em “zero” relativamente às mercadorias tributadas pelo regime de antecipação tributária. Diante disso – conclui – o resultado da auditoria é falso.

No mérito, a defesa argumenta que a autuação é improcedente pois inexistente o crédito tributário lançado pelo autuante. Pede a improcedência da exigência fiscal.

O fiscal autuante prestou informação dizendo que o contribuinte procura postergar o pagamento, pois os valores dos estoque inicial e final estão corretos, como demonstram os documentos anexados pela própria defesa. Pede que o Auto de Infração seja mantido.

VOTO

A preliminar suscitada pela defesa é fulminante. Não vou sequer examinar se o autuante se equivocou ou não, como alega a defesa, ao considerar como tributável o total das mercadorias nos estoques inicial e final, incluindo mercadorias isentas e outras. Em princípio, este Auto de Infração é nulo porque o fato nele descrito não tem nenhuma pertinência com o fato apurado pelo fisco. Na descrição da infração, é dito que a falta de estorno do crédito seria relativa a mercadorias que entraram no estabelecimento e posteriormente teriam saído sem incidência do imposto. Porém,

como observa a defesa – e de acordo com os demonstrativos fiscais – o fato objetivamente considerado pelo fisco foi outro, diz respeito a possível prejuízo na conta de mercadorias.

O Auto de Infração, depois que passou a ser emitido pelo sistema de informatização desta Secretaria, requer por parte dos auditores a devida atenção na tipificação dos fatos. As infrações são codificadas. Ao ser digitado determinado código, o sistema automaticamente descreve o fato correspondente ao código escolhido. O agente fiscal não pode agir como um autômato. Ele tem o dever legal de fazer o lançamento do crédito tributário. Juridicamente, quem faz o lançamento é o auditor, e não a máquina, ou o “sistema”.

O art. 39, III, do RPAF manda que no Auto de Infração a descrição dos fatos seja feita de forma clara e precisa. Não é admissível que se apure uma coisa e se acuse o contribuinte de outra coisa.

Apesar de nulo, por vício formal, o Auto de Infração, no mérito, que aprecio com fundamento no princípio da economia processual, é improcedente, pois o motivo da autuação não tem respaldo jurídico. No passado, à época da Lei nº 4.825/89, era previsto o estorno parcial do crédito do imposto, quando o contribuinte efetuasse saídas de mercadorias em valor inferior ao custo. O estorno era feito proporcionalmente. Porém essa exigência deixou de ser prevista na Lei nº 7.014/96. O prejuízo verificado na conta de mercadorias não implica estorno de crédito. O que o auditor deveria ter feito seria verificar se esse prejuízo não seria uma dissimulação de receitas não declaradas.

Voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **087163.0002/02-9**, lavrado contra **CEREALISTA NUTRIÇÃO LTDA**.

Sala das Sessões do CONSEF, 16 de setembro de 2002.

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA – PRESIDENTE

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – RELATOR

MÔNICA MARIA ROTERS – JULGADORA